



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/10/2016 - Sinttel-ES

Fiscalize os depósitos do FGTS e receba o saldo via SMS

Nos últimos meses, o Sinttel-ES vem recebendo denúncias da categoria quanto à SONEGAÇÃO dos depósitos do FGTS. E têm que ser denunciados mesmo. Qualquer trabalhador pode fiscalizar se o patrão está depositando corretamente o FGTS que lhe é devido. Isso é importante para garantir que o patrimônio do trabalhador que ajuda na aposentadoria, se não for sacado antes, e na compra da casa própria.

Pela lei brasileira, o órgão responsável pela fiscalização do FGTS é o Ministério Público do Trabalho (MPT). Mas tem o ditado: "quem engorda o boi é o olho do dono". E é por isso que temos que ficar de olho no FGTS.

O Fundo de Garantia é administrado pela Caixa Econômica Federal. E o site da Caixa, tem uma série de instrumentos que o trabalhador pode usar para fiscalizar se o patrão está fazendo corretamente os depósitos:

O caminho é simples: Entre no site da Caixa e digite FGTS na janela de Buscas. Aparecem várias opções, mas o trabalhador deve escolher a opção que tem como título somente FGTS.

Nesta página, há também várias perguntas que são respondidas: O que é o FGTS?, Quem tem direito?, Acompanhe seu FGTS, Como sacar o FGTS?, Serviços para o empregador, Perguntas frequentes e o Aplicativo FGTS, para ser baixado no celular. O trabalhador também pode se cadastrar e receber os extratos por e-mail, diretamente do banco.

Tem outro caminho que vai direto ao site da Caixa, que é página na internet do FGTS, acessar o endereço www.fgts.gov.br e verificar o rendimento e o saldo do seu FGTS. O acesso é feito utilizando o número NIS (PIS/PASEP) do trabalhador, que pode ser encontrado em sua carteira de trabalho, e a senha do Cartão Cidadão, que pode ser obtida pelo site da Caixa (veja como). No site, a empresa também pode ver como anda o cadastro dela e se ela está em dia com as contribuições.

O trabalhador também pode receber em casa um extrato bimestral sobre a movimentação de sua conta. Caso não esteja recebendo, o trabalhador precisa atualizar seu endereço por meio deste link no site do FGTS. Outra opção é receber mensalmente o extrato

no celular, via SMS. Para isso, é necessário cadastrar-se no serviço neste endereço, usando também seu número NIS e a senha do Cartão Cidadão.

Como denunciar se o depósito não foi feito?

Ao constatar qualquer irregularidade, o trabalhador pode enviar e-mail para o Sinttel-ES anexando o contracheque do desconto e o extrato do FGTS, sem o depósito. Também pode procurar a unidade mais próxima do MPT e pedir que a empresa seja fiscalizada, garantido o sigilo do nome do trabalhador. Aqui no ES, o MPT-ES fica nos seguintes endereços:

VITÓRIA: Av. Adalberto Simão Nader, 531, Mata da Praia, Vitória/ES – 29066-900 – (27) 2125-4500. Atendimento: das 11h às 17h.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: Av. Jones dos Santos Neves, Perim Center, 1372, 2º andar – Caiçara, Cachoeiro de Itapemirim/ES – 29310-376 – (28) 3521-5555. Atendimento: das 11h às 17h.

COLATINA: Rua Santa Maria, S/Nº, Centro Empresarial WM, 3º andar – Centro, Colatina/ES – 29700-200 – (27) 3723-5730. Atendimento: das 12h às 18h.

SÃO MATEUS: Rua Coronel Constantino Cunha, nº 1345, Bairro Fátima, São Mateus – 29.933-530 – (27) 3767-9397. Atendimento: das 11h às 17h.

O que é o FGTS?

O FGTS foi criado para ser um fundo de segurança do trabalhador, acumulado mensalmente e que pode ser usado em situações específicas. Os depósitos são de 8% do salário e devem ser feitos mensalmente pelo empregador. O rendimento é atualizado no dia 10 de cada mês, sendo o índice composto por TR (Taxa Referencial) + 3% ao ano.

Quando é permitido sacar o FGTS?

O trabalhador pode sacar seu fundo quando: aposenta-se; compra sua casa própria; é demitido sem justa causa; seu patrão morre ou sua empresa fecha; encerra-se um contrato de trabalho de trabalhador temporário; fica mais de 90 dias sem atividade remunerada em caso de trabalhador avulso; completa 70 anos de idade; adquire doenças graves como Aids ou câncer, ou seu cônjuge ou filho adquirem; está em estágio terminal em qualquer doença.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/10/2016 - Sinttel-ES

Eleições 2016: Não voto “vence” em nove capitais

Branco, nulo e abstenções superaram votação dos primeiros colocados em grandes cidades, entre elas São Paulo; para cientista, distanciamento da população da política gera grave problema de representação

São Paulo – Encerradas em primeiro turno as eleições municipais em São Paulo, as urnas demonstraram a força do “não-voto”. A soma das abstenções, votos nulos e brancos alcançou 3.096.304 de votos, superando o eleito em primeiro turno, João Dória (PSDB), que obteve a preferência de 3.085.181 eleitores. Segundo dados do TRE-SP, aproximadamente um em cada três paulistanos (34,8%) não participaram da escolha do novo prefeito, o maior índice desde 1996.

Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Belém (PA), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Aracaju (SE), também tiveram mais “não-votos” do que os primeiros colocados nas eleições municipais.

“O conjunto de abstenções, votos brancos e nulos historicamente é muito maior nas eleições municipais, muito mais que nas eleições gerais. Mas, este ano, além desta tendência histórica, somou-se a isso esse processo muito difuso de desconfiança, descrédito e dificuldade de aceitação pela população das mudanças que o sistema político está passando em decorrência dessa longa crise”, avaliou em entrevista à Rádio Brasil Atual o sociólogo e presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra.

Para o cientista político e professor da PUC-São Paulo, Reginaldo Nasser, o elevado número de abstenções, votos brancos e nulos revela o distanciamento de parcela significativa da sociedade do processo político.

“Ainda é preciso identificar mais profundamente a causa da não participação da população. Temos que ver, no caso das abstenções, o número de pessoas em trânsito. Mas, sem dúvida, os números já revelam o momento político do país, o distanciamento da

política. A questão das denúncias de corrupção se tornou cotidiana, com a grande mídia noticiando todos os dias. E, muitas vezes, a pessoa ao invés de buscar informações, saber se aquilo é verdadeiro ou não, ela se afasta da política. Gera a despolitização”, explica o professor.

“A consequência é um grande problema de representação política. Afinal, se você não participar, alguém vai decidir por você. Em termos pragmáticos, o eleito não se preocupa se venceu com um grande número de abstenções, brancos e nulos”, acrescenta.

O “não político” – Para Nasser, a vitória de candidatos que se apresentam como “não políticos”, como “gestores”, da forma como aconteceu em São Paulo, também está relacionada com esse distanciamento da política.

“Não é um fenômeno novo. É frequente. Aconteceu com o Pitta que, bancado pelo Maluf, apareceu da mesma forma como o Dória, como alguém de fora da política. É uma ideia muito simplista, mas funciona. Se as pessoas entendem o meio político como corrupto, alguém de fora estaria mais qualificado. Em uma eleição curta, em uma metrópole como São Paulo, a massificação dessa mensagem no programa televisivo deu resultado”, diz.

Entretanto, o cientista político não vê a ascensão dos “não políticos” como uma tendência, mas sim como algo episódico, que ocorre de tempos em tempos. “Do jeito que esses personagens surpreendem pela maneira rápida como aparecem, também surpreendem da mesma maneira pela forma como somem”, conclui.

Felipe Rousselet, Redação Spbancarios -
3/10/2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/10/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Os desmandos das Três Irmãs

Os números consolidados do 2º semestre de 2016 no setor de telecomunicações mostram claramente que não há crise para as Três Irmãs que dominam o mercado, um oligopólio privado que só traz prejuízos à sociedade e aos trabalhadores do segmento. As três juntas – Oi, Vivo/Telefônica e Claro -, tiveram uma receita líquida de R\$ 26 bilhões no período.

Em relação aos indicadores, receita, market share de celulares a liderança é da Vivo. O Grupo Claro lidera no market share (termo que designa a participação de uma empresa em algum ramo de atuação) de banda larga fixa e nos acessos de TV por assinatura (52%). Já a Oi está à frente apenas no segmento, que cada vez perde mais valor, de telefonia fixa.

Isso mostra o erro grosseiro de um modelo de telecomunicações implantado em 1998, que só favoreceu os acionistas dessas empresas. As tarifas e preços continuam caros. Em vários serviços são os maiores se comparados com o restante dos países, segundo o mais recente relatório da União Internacional de Telecomunicações. Quanto à qualidade e à universalização nem é preciso ir longe – a banda larga, por exemplo, é lenta, cara e para poucos.

A Oi dá show de incompetência e demonstra total falta de compromisso com o cidadão e o usuário. No primeiro trimestre de 2015 a Oi possuía um market share de banda larga fixa 26,4% – caiu para 24,5% no segundo trimestre de 2016. No mesmo período viu sua margem de Ebitda (sigla em inglês que significa “lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) despencar de 28,2% para 22,8%.

E qual a solução do Congresso, com o apoio do governo golpista, para esse cenário? A aprovação do projeto de lei 3453/15 cujas consequências são: fim das concessões; os bens reversíveis (que são do Estado e calculados em mais de R\$ 100 bilhões) não mais voltariam à União e seriam entregues às operadoras, principalmente para a Oi que é a maior detentora do direito de uso destes bens; doação do espectro de radiofrequências, que é um recurso limitado e um bem público, conforme artigo 157 da LGT.

A composição atual do Congresso, aliada a um governo ilegítimo, e uma Agência servil aos interesses das operadoras, dão ideia das dificuldades para mudar esse quadro. Mas, confiamos que com mais informação e mobilização da sociedade e dos trabalhadores conseguiremos reagir, resistir, e mesmo derrotar um projeto que se apresenta cada vez mais aderente aos princípios neoliberais, como a ideia de que o Estado deva interferir menos ainda nas relações de mercado, mesmo que seja para preservar os interesses da maior parte da sociedade.

Discutir um novo modelo para as telecomunicações passa por colocar à frente de qualquer interesse empresarial o interesse público, razão de ser de um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos: a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Reduzir o poder do oligopólio e fazer a intervenção na Oi são fundamentais para discutirmos seriamente o setor.

Instituto Telecom, Terça-feira, 4 de outubro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/10/2016 - Telesíntese

Anatel avisa: só assina TAC com a Oi após aprovação de plano de recuperação

A Anatel enviou um documento ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público informando que não há qualquer possibilidade de referendar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) acordado com a concessionária Oi - no valor de R\$ 3 bilhões - antes de a empresa ter entrado em recuperação judicial, sem que os credores tenham aprovado o plano de recuperação. A Anatel e o Poder Executivo começam a dar sinais de impaciência com a falta de disposição dos acionistas da concessionária em realmente querer apresentar uma proposta para iniciar as negociações com os credores.

A Anatel enviou um documento ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público informando que não há qualquer possibilidade de referendar o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) acordado com a concessionária Oi - no valor de cerca de R\$ 3 bilhões - antes de a empresa ter entrado em recuperação judicial, sem que os credores tenham aprovado o plano de recuperação. A Anatel e o Poder Executivo começam a dar sinais de impaciência com a falta de disposição dos acionistas da concessionária em realmente querer apresentar uma proposta para abrir a negociação com os credores.

Conforme fontes do governo, a movimentação dos acionistas da Oi sobre o processo de recuperação judicial está sendo acompanhada na lupa e começa a haver sinais de impaciência por parte dos agentes governistas quanto ao comportamento dos controladores da operadora em relação ao plano de recuperação judicial.

Há muita preocupação quanto à primeira proposta lançada no mercado, porque já foi rejeitada por uma parte dos credores, e, na avaliação de muitos, ela acaba com o futuro da empresa. Para o governo, a intervenção é o pior caminho possível, assim como o pedido de falência, e por isso o Executivo espera que sejam construídas respostas que visem à preservação dos interesses da operadora, e não dos seus acionistas, simplesmente.

Esses interlocutores lembram que a Anatel terá que dar a anuência prévia à recente mudança de controle acionário que ocorreu na empresa, para o ingresso



do fundo Société Mondiale, que adquiriu 6% das ações ordinárias da Oi. E a regulação da Anatel dá mais poderes à agência do que a própria CVM. Isso significa, explicam as fontes, que até o final do ano, o cenário já terá que estar menos nebuloso.

Justiça

O pedido de mediação feito pela concessionária à justiça do Rio, para que todo o passivo junto a Anatel (listado em R\$ 11 bilhões, mas atualizado em R\$ 13 bilhões) seja tratado como um passivo não tributário, para que possa ser aplicado em Termos de Ajustes de Conduta tem mais de um motivo para que essa decisão seja também um marco no longo processo de recuperação judicial.

É que desse volume de recursos, cerca de R\$ 6 bilhões apenas estão na esfera administrativa da Anatel. O restante está na esfera da Advocacia Geral da União (AGU), que não tem a figura do TAC para assinar e que nunca gostou da alternativa criada pela agência de trocar as multas pelos compromissos de investimentos em áreas não lucrativas. Se a Oi conseguir a mediação favorável, ela ganhará nas duas pontas.

A Oi, por sinal, ganhou outro tanto muito importante contra a AGU na justiça do Rio de Janeiro. A ação impetrada pela Procuradoria da Anatel contra a possibilidade de a concessionária participar de licitações do Poder Público não teve a cautelar acatada por desembargadora do Rio. O mérito ainda será julgado, mas dá a tranquilidade que a empresa precisava para continuar a disputar o mercado corporativo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/10/2016 - Telesíntese

Administradores judiciais da Oi pedem R\$ 317 mi

PwC propôs à Justiça R\$ 214,2 mi e o escritório de advocacia Arnoldo Wald, outros R\$ 103,2 mi, em 30 parcelas.

A PricewaterhouseCoopers (PwC) e o escritório de advocacia Arnoldo Wald, administradores judiciais do processo de recuperação judicial da Oi, entregaram à Justiça, na semana passada, sua proposta de remuneração de R\$ 317,4 milhões, segundo jornal Valor Econômico. A recuperação judicial da tele, o maior na história do País, envolve dívidas de R\$ 65 bilhões "espalhada" em um total de 67 mil credores diferentes.

A proposta da PwC é de R\$ 214,2 milhões, líquidos de impostos, em 30 meses, sendo R\$ 10,2 milhões nos 12 primeiros meses e R\$ 5,1 milhões nos 18 meses restantes. Já a do escritório de advocacia Arnoldo Wald é de R\$ 103,2 divididos em 30 parcelas.

O preço teria sido considerado "salgado" pelo mercado, e "irreal" por fontes da companhia.

03/10/2016 - Telesíntese

Corte de Amsterdã concede suspensão de pagamentos à subsidiária da Oi

A suspensão temporária de pagamentos a credores foi concedida à Portugal Telecom International Finance dentro do processo de recuperação judicial da Oi e subsidiárias

Em comunicado à CVM hoje à noite (3), a Oi informou que a Corte de Amsterdã, Holanda, concedeu, a pedido da Portugal Telecom International Finance B.V.(PTIF), em recuperação judicial, um dos veículos financeiros da empresa na Holanda, procedimento de suspensão de pagamentos ("suspension of payments"), iniciado para compatibilizar naquela jurisdição a recuperação judicial iniciada pela Companhia e algumas de suas subsidiárias no Brasil. O procedimento de garante à Portugal Telecom Internacional Finance a suspensão de atos de execução de credores na Holanda para permitir que reestruture suas dívidas, com o

objetivo final de satisfazer seus credores. Dentre outras matérias endereçadas na decisão da Corte de Amsterdã, o Sr. J.L.M. Groenewegen da CMS em Amsterdã foi nomeado como administrador para

supervisionar o procedimento (provisoriamente) de suspensão de pagamentos.

A íntegra dos documentos relevantes a respeito da concessão do procedimento de suspensão de pagamentos com relação à PTIF estão sendo traduzidos do original para o português e para o inglês e serão disponibilizados aos acionistas das companhias e a outras partes interessadas, assim que possível, na sede da companhia (no horário comercial) e em seu website (www.oi.com.br/ri), bem como, no caso da versão em português, no Módulo IPE do Sistema Empresas. NET da CVM (www.cvm.gov.br), além do website da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). O administrador da PTIF divulgará os documentos e suas traduções, bem como outras informações relevantes aos credores da PTIF em um website específico no endereço eletrônico www.cms-dsb.com/ptif.

04/10/2016 - Rede Brasil Atual

Câmara marca para hoje votação do projeto que abre pré-sal às multinacionais

Reunião de líderes partidários na Câmara, que definiu votação do projeto do pré-sal para hoje, se houver quórum



A votação no plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado (PLS) 4567/2016, que trata da abertura do pré-sal para as multinacionais, foi adiada para hoje (4). A decisão foi oficializada por volta das 20h20 desta segunda-feira (3), após a reunião semanal de líderes partidários com a presidência da Casa, que foi representada pelo deputado Waldir Maranhão (PP-MA). Mesmo com o adiamento, a discussão do texto pelos deputados começou no início da noite.

As articulações em torno do PLS 4567 têm marcado um intenso jogo de forças entre governo e oposição na Câmara. Para ser aprovado, o projeto precisa apenas de maioria simples (257 votos), mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem dito que não irá colocar a matéria para consulta em plenário com menos de 400 parlamentares presentes. O cálculo resulta do receio do fracasso da proposta. Até as 20 horas desta segunda, apenas 226 deputados haviam confirmado presença.

A baixa representatividade provocou o adiamento da votação, mas não inviabilizou o plano dos governistas de agilizar o quanto antes a tramitação do PLS.

A ansiedade política da base do governo vem sendo bastante criticada pela oposição.

"Esse projeto diz respeito ao futuro do Brasil, da economia brasileira e diz respeito a uma riqueza fundamental pro futuro do nosso povo, por isso não pode ser discutido e votado na base da pressa. Não é assim que se vota uma matéria dessa gravidade. Lamento que essa decisão tenha sido tomada pelo presidente Waldir Maranhão. Não é a primeira vez que ele toma uma decisão equivocada", criticou o líder da Rede na Casa, Alessandro Molon (RJ), acrescentando que a oposição vai tentar obstruir a sessão esta noite.

Ele e os demais líderes da oposição tentaram negociar o início da discussão do PLS somente para esta terça, mas foram vencidos pelas vozes governistas no encontro. "Infelizmente, a posição do governo é de força, de não aceitar uma ponderação de diálogo. Eles não querem fazer um debate transparente e que possa envolver todos os parlamentares da Casa, por isso estão forçando pra começar hoje. Eles têm pressa", acrescentou Molon.

Antes do encontro das lideranças, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) criticou a possível votação do pré-sal para hoje e garantiu que haverá resistência em plenário. "Nem sei por que marcaram uma votação dessas para uma segunda-feira após as eleições. (...) Haverá obstrução com certeza", afirmou o líder do PSOL na Casa.

Governo

Após a reunião, o líder do governo, André Moura (PSC-SE), afirmou apenas que "a discussão precisa avançar". Apesar do barulho da oposição, ficou acordado entre os líderes que o debate sobre o PLS 4567 abrirá a pauta da sessão desta terça-feira (4), devendo ser o segundo item da votação.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/10/2016 - Rede Brasil Atual

Greve dos bancários chega ao 29º dia à espera de negociação

Presidente da CUT diz que governo Temer é "protagonista oculto" da tentativa do setor de rebaixar salários

Prestes a completar um mês – chegou ao 29º dia hoje (4), a greve nacional dos bancários manteve-se com bom nível de adesão (56%), segundo os representantes da categoria. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), até esta ontem (3) 13.245 agências e 29 centros administrativos interromperam as suas atividades. Mas não houve retomada das negociações, após a rejeição de proposta apresentada na semana passada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

A proposta previa um acordo de dois anos. Em 2016, seria pago um reajuste de 7%, abaixo da inflação acumulada, mais abono de R\$ 3.500. Para 2017, haveria aumento real (acima da inflação) de 0,5%. Ontem, bancários fizeram assembleias pelo país para avaliar o movimento.

Em entrevista ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, afirmou que o governo Temer é um "protagonista oculto" da tentativa do setor financeiro de rebaixar salários. "Não é verdade que os bancos não podem pagar a inflação. Os bancos estão se somando ao governo para derrotar a política de reposição salarial, que é a intenção deste governo golpista para todas as categorias", afirmou Vagner, que

é bancário de origem. "Mais ou menos como foi em 1994, na greve dos petroleiros, quando o sindicato da categoria fez a primeira greve na era FHC e o governo impediu a Petrobras de dar o reajuste, exatamente para manter o arrocho salarial que pretendiam para todos os trabalhadores", acrescentou o dirigente.

"Fica claro para os bancários e bancárias que os bancos estão orientados por gente fora da mesa da negociação, que seguem diretrizes de um plano de ajuste fiscal que pretende achatá-los", comenta o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten. Em São Paulo, a assembleia na quadra dos bancários, na região central da cidade, terminou pouco depois das 19h.

A presidenta do sindicato de São Paulo, Juvandia Moreira, vice da Contraf-CUT e integrante da coordenação do Comando Nacional dos Bancários, voltou a destacar a importância da mobilização em um cenário de ameaça de retirada de direitos em nível nacional. "Os trabalhadores cobraram dos bancos proposta condizente aos seus altos lucros. Não vamos aceitar proposta rebaixada e queremos o fim das demissões."

Assista ao vídeo:

<https://www.facebook.com/SPBancarios/videos/565142823688907/>

04/10/2016 - Vermelho

Temer é reprovado por 73%, diz pesquisa CNI/Ibope



Nesta terça-feira (4), o Ibope divulgou pesquisa encomendada pela CNI que mostra a rejeição do povo brasileiro ao governo de Michel Temer (PMDB). De acordo com o levantamento, 39% consideram o seu governo ruim/péssimo; 34% regular; 14% ótimo/bom; e 12% não sabe/não respondeu.

O levantamento foi encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e realizado entre os dias 20 e 25 de setembro e ouviu 2.002 pessoas, em 143 municípios. Ainda segundo a pesquisa, 55% dos entrevistados desaprovam o governo Temer e 28% aprovam. Em levantamento divulgado em 1º de julho, 31% aprovavam; 53% desaprovavam.

Sobre a confiança dos entrevistados em relação ao presidente que chegou ao poder por meio de um golpe contra o mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff, o índice é ainda mais negativo. Dos entrevistados, 68% afirmaram não confiar em Temer e outros 26% dos entrevistados disseram confiar.

Os entrevistados também compararam o governo Temer e Dilma: 31% consideraram o governo Temer pior; 38%, igual; 24% melhor; e 7% não souberam ou não responderam.

Sobre as perspectivas, o pessimismo também é maior: 38% acreditam que o restante do governo

Temer será "ruim/péssimo"; 30%, "regular"; 24% responderam "ótimo/bom"; e 8% não souberam ou não responderam.

O Ibope também questionou sobre a percepção dos entrevistados quanto ao noticiário associado ao governo Temer. As notícias mais lembradas pelos entrevistados foram: 10% - "Reforma da Previdência Social/ Mudanças nas regras da aposentadoria/ Mudanças no fator previdenciário"; 7% - "Manifestações contra o governo Temer"; 5% - "Viagem do presidente Temer à China, participação na reunião do G20"; 4% - "Governo discute proposta de reforma na legislação trabalhista/ Jornada de trabalho de até 12 horas"; 4% - "Outras notícias sobre o governo do presidente Michel Temer".

O levantamento também ouviu a opinião dos entrevistados sobre área de atuação do governo: 77% desaprovam a política de taxa de juros. No combate ao desemprego a desaprovação foi de 67%, contra 27% de aprovação.

Na segurança pública, 24% aprovam e 70% desaprovam a atuação do governo nesta área. O mesmo se verificou na saúde, em que 23% aprovam e 72% desaprovam. Na educação, o percentual foi de 31% de aprovação e 62% de desaprovação.